



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins

Agrarian conflicts in the region of Bico do Papagaio, Tocantins

“Desde que o estado do Tocantins foi criado, em 1989, o sonho de muitas pessoas em possuir um “pedacinho de chão”, ter onde morar e o que comer tem alimentado os movimentos de reivindicação não só pela terra, mas também alternativas para nela permanecer.”
(Autor desconhecido, migrante nordestino)

Nilton Marques de Oliveira¹
Leandro de Araújo Crestani²
Udo Strassburg³

Resumo

Este artigo teve por objetivo analisar a luta e os conflitos agrários ocorridos durante as décadas de 1970 a 1980, na região do Bico do Papagaio (Tocantins).

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista do Programa Novos Pesquisadores da UFT (Propesq/UFT), campus de Palmas, TO. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br.

² Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Évora, mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional, também pela Unioeste. E-mail: leandrocrestani@hotmail.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste; e professor do curso de Ciências Contábeis da mesma Universidade, Campus de Cascavel, PR. E-mail: udo.strassburg@unioeste.br.

O método aplicado foi o exame sistemático da referida região conflituosa, de forma exploratória e descritiva para compreender como ocorreram os conflitos nesse período temporal e espacial em questão. Os principais resultados sugerem que os conflitos na região foram os mais violentos da história do país. A Igreja e a Comissão Pastoral da Terra foram os principais atores a apoiar e lutar pela posse da terra a favor dos pequenos produtores. Nos anos de 1990, o cenário de terror deu lugar ao fortalecimento do capital social por meio de sindicatos rurais e associações, cooperativas locais e pela implantação de políticas públicas pelo governo federal e estadual na região em estudo. No entanto, a região do Bico do Papagaio tem um longo caminho a ser percorrido para chegar ao desenvolvimento econômico e socialmente justo.

Palavras-chave: *violência, expropriação, desenvolvimento social*

Abstract

This paper aimed to analyze the fight and agrarian conflicts that occurred from 1970 to 1980 in the region of Bico do Papagaio, Tocantins State, Brazil. The Systematic Examination of this conflicted region was made by the exploratory and descriptive method for understanding the way how the conflicts occurred in this temporal and spatial period. The main results indicated that the conflicts in the region were the most violent in the history of the country. The Comissão Pastoral da Terra (The Land Pastoral Commission), linked to Catholic Church, was the main actor to support and fight for possession of the land in favor of small producers. In the 1990s, the terror scenario has given to way the strengthening of the social capital through the Rural Unions and Associations, local cooperatives, and implementation of public policies by the Federal and State Governments in this region under study region. However, the region of Bico do Papagaio has a long way to be covered for achieving an just economic and social development.

Keywords: *Violence, Expropriation, Social development*

1. Introdução

Este artigo teve por objetivo analisar a luta pela posse da terra e os conflitos fundiários ocorridos na região do Bico do Papagaio, Tocantins, no início dos anos 60 do século XX, com o avanço da fronteira agrícola.

O problema da propriedade e da utilização da terra no Brasil vem sendo discutido e analisado por diversos autores, entre eles: Rangel (1962); Graziano da Silva (1980); Martinez (1987); Barreira (1992);

Martins (1997); Prado Junior (1999). Esses autores destacam o latifúndio e a grande propriedade agrícola, geralmente de baixa produtividade e subutilizada, como a gênese dos conflitos existentes no campo.

As origens históricas do problema agrário, do modo como ele se apresenta, coincidem com as origens históricas do modelo socioeconômico do moderno capitalismo brasileiro, levantado por Prado Junior (2000). Para Graziano da Silva (1980), o conflito agrário não advém apenas da maior liberdade de discuti-lo, mas também do fato de que o conflito agrário vem sendo agravado pelo modo como as relações capitalistas de produção no campo têm se expandido. Em outras palavras, a maneira como o país tem conseguido aumentar a sua produção agropecuária tem causado impactos negativos sobre a renda e o emprego da população rural.

Nos estudos de Rangel (1962), evidencia-se a luta dos colonos por uma ocupação urbana, pois foram expulsos do campo. Entretanto, eles não conseguem encontrar trabalho produtivo nas cidades. Para o autor, a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960 e 1970 provocou a destruição de milhares de pequenas unidades de produção. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em boia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios e que concentrou ainda mais a propriedade da terra.

Esse cenário se estende para a Amazônia Legal, incluindo a região do Bico do Papagaio (Tocantins), objeto deste estudo, onde o processo de expansão da fronteira agrícola ocorreu por meio de um direcionamento dos investimentos por parte do governo militar, que favorecia as grandes empresas agropecuárias com incentivos fiscais e crédito subsidiado, acelerando, dessa forma, o processo de expropriação

e exploração do pequeno produtor local, o que gerava fuga e busca por liberdade e fazia crescer o conflito agrário como forma de manifestação contrária ao projeto dito modernizador⁴ e desenvolvimentista.

A justificativa deste trabalho se deve ao fato de que a região do Bico do Papagaio tem sido objeto de estudo por diferentes áreas do saber no que se refere aos conflitos e à luta pela posse de terra. Essa região constitui, portanto, um campo fértil de análise, todavia, deve ser explorada com um olhar multidisciplinar, principalmente no campo da economia, sociologia e nas ciências sociais.

Marcada pela pobreza, pela agricultura de subsistência, pela ausência de serviços básicos de infraestrutura, saúde e educação essa região foi responsável por um dos episódios mais sangrentos dos conflitos fundiários durante o Regime Militar do país, como o assassinato do padre Josimo Tavares, em 1986, no escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Araguaia-Tocantins.

O conflito e a luta pela posse da terra nessa região são antigos. Segundo Aragon (1981) e Soares (2009), as primeiras ocupações da região se deram nos anos de 1851, portanto, há mais de 160 anos, marcadas por conflitos entre os colonizadores atraídos pelos recursos minerais e extrativistas e os índios Apinajés e Gavião (habitantes originais da região).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a partir da construção de Brasília e do projeto de construção de grandes rodovias pelo Plano de Metas,⁵ entre elas a Belém-Brasília (BR-153) e a Transamazônica, o

⁴ O termo modernização é aqui considerado basicamente como mudança operada na base técnica da produção agrícola.

⁵ O Plano de Metas (1955) foi dividido em 30 metas, agrupado em cinco setores - dos investimentos, 43,4% correspondiam à energia; 29,6%, aos transportes; 3,2%, a alimentos 20,4%, à indústria de base; e 4,3%, à educação, além da construção de Brasília. Ver Abreu (1994).

norte goiano, Tocantins, passou por um processo de modificação na sua base produtiva e a migração se tornou mais pronunciada.

Partindo dessas questões, este estudo contribui para ampliar o debate e o conhecimento dos conflitos fundiários ocorridos. A questão que move o trabalho é a de analisar quais estratégias foram utilizadas pelos colonos para enfrentar esses conflitos no Bico do Papagaio.

Isso posto, este artigo está dividido em cinco partes, além da introdução. O item II contempla a fundamentação teórica, abordando-se a questão agrária no Brasil por diferentes autores; a seguir, no item III, faz-se uma descrição da região em estudo, localização e processo de ocupação; no item IV, discute-se a luta e os conflitos de terra na região do Bico do Papagaio; e, por fim, no item V, são tecidas as considerações finais que sumarizam o trabalho.

2. A questão agrária no Brasil

A história agrária do Brasil teve início com a ocupação das terras da América do Sul, descoberta pelos portugueses, que abriram portas com o objetivo de explorar os recursos naturais existentes nessas terras habitadas por poucos. Prado Júnior (1999) destaca que essa ocupação tinha sentido mercantil, de retirar o que lá havia de bom, e que a exploração não podia ser feita como nas simples feitorias, com um número reduzido de pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem para organizar a produção de gêneros que interessassem ao comércio (PRADO JUNIOR, 1999).

Essas eram as intenções, preliminarmente dos portugueses, seguidos dos espanhóis, ingleses, franceses e outros, mas o que

realmente foi feito, estava relacionado à exploração dos recursos naturais, em um local remoto, os quais tinham destino certo: o comércio europeu. Os principais produtos explorados eram a madeira do pau-brasil, o ouro e os diamantes. Por outro lado, alguns imigrantes preferiram trabalhar com o cultivo de vegetais e praticavam a manufatura, transformando-os em produtos agroindustriais como o açúcar, o tabaco, o algodão e o café.

Nesse período, a posse dos locais para plantio se dava pela ocupação de terras. Tal ocupação foi iniciada pelo litoral, ou seja, pela costa brasileira, para depois se direcionar para o centro e demais regiões do país, para exploração de minério, cultivo agrícola e criação de gado.

Prado Junior (1999) enfatiza que a agricultura é o nervo econômico da civilização, pois pode ser exercida em uma constante, ou seja, pode ser praticada nos diversos períodos de cultivo, enquanto boa parte de outras atividades tem seus recursos escassos, como foi o caso da mineração no Brasil, que teve o seu período de pico, mas logo foi abandonada pela maioria dos mineiros, ficando essa atividade para aqueles que realmente gostavam e viam o seu potencial.

Em relação à agricultura, predominava a grande lavoura, com o cultivo de grandes áreas de terras e exploração de mão de obra escrava, dificultando, assim, o desenvolvimento do país, principalmente pela concentração de renda e pelo envio das riquezas para fora. Prado Junior (1994) destaca que também havia as pequenas propriedades que sobreviviam da agricultura de subsistência, mas pouco significavam para a economia.

Após o abandono da mineração por um grande número de imigrantes, esses buscaram outras atividades, e a maioria optou pela agricultura, que era a que mais fornecia possibilidades de ganhos. Eles

procuraram tomar posse de terras para praticar e exercer o trabalho, o que, conseqüentemente, aumentou os conflitos agrários.

O conflito agrário sempre foi e ainda é um desafio para o Brasil. Segundo Soares, “os conflitos seriam o resultado do choque entre duas estratégias distintas de ocupação do território, coordenadas por diferentes atores sociais.” (SOARES, 2009, p. 106).

Na perspectiva de Graziano da Silva (1980), a expansão da fronteira estava associada a, pelo menos, três funções básicas do “modelo agrícola” brasileiro. A primeira, era o “plano econômico”, em que a fronteira era vista como um “armazém” de gêneros alimentícios básicos, especialmente arroz e feijão. A segunda, era o “plano social”, em que a fronteira representava uma orientação dos fluxos migratórios, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais. A terceira função, no “plano político”, compreende a fronteira como “válvula de escape” das tensões sociais no campo e principalmente de projetos de colonização no Brasil. Assim, o surgimento de tensões sociais, de conflitos potenciais, de pressões políticas e econômicas na fronteira aparece como o propósito de encontrar o “novo Eldorado”, para os pequenos produtores, posseiros e grileiros. Em se falando em conflitos, há de se destacar a questão da disparidade entre os poderosos, que possuíam recursos e pessoal para buscar seus interesses, e aqueles que estavam procurando um espaço para sobrevivência, muitas vezes sozinhos e sem recursos.

Mas há quem afirme que é preciso estudar os conflitos agrários a partir do conceito de fronteira (como um lugar e não limite territorial), o que permite ao pesquisador obter dados sobre a existência de disputas políticas, econômicas e principalmente particulares (entre companhias colonizadoras, colonos, posseiros e grileiros). Isso viabiliza a busca da realidade, do que realmente aconteceu nas disputas pela posse de terras

nas regiões do Brasil, e, a partir daí, conhecer as fronteiras que existiam e as que foram criadas (CRESTANI, 2013).

Martins (1997) destaca que fronteira é, sobretudo, o que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados, que se situam “do lado de cá” — um cenário de intolerância, ambição e morte, no qual a vida não é importante, em função da conquista e posse daquilo que não era seguro ou que oficialmente não se podia provar a quem pertencia. Nesse raciocínio o autor dá ênfase à questão de que a fronteira é também lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo à espera do advento de um novo tempo, de redenção, justiça, alegria e fartura, quando se poderia ter uma vida com novas perspectivas, almejando um futuro promissor, para o sustento de sua família.

Para Crestani (2013), entretanto, a fronteira pode ser compreendida como um local que oferece ao país novas perspectivas, como crescimento econômico, soluções de problemas sociais e, principalmente, domínio de território (num sentido nacionalista), entre outras.

Não se pode deixar de destacar questões relacionadas à propriedade de terras. A princípio, “a forma adotada pelos europeus foi a de monopólio da propriedade de todo o território pela monarquia, pela Coroa.” (STEDILE, 2005, p. 23). Posteriormente, para que pudesse se concretizar o modelo agroexportador, a Coroa portuguesa resolveu mudar o modo de obter a posse da terra, incentivando os investidores a aplicarem o seu capital em indústrias de transformação de bens destinados à exportação, oferecendo, em contrapartida, o direito de repassar o uso das terras aos herdeiros.

É importante ressaltar que esse direito era somente para o uso da terra, ou seja, estava relacionado à posse de fato e não de direito,

podendo usufruir dos resultados de sua utilização; porém, não era permitido repassar esse direito a quem não fosse herdeiro. Tal concessão abrangia grandes extensões de terras e foi dada para quem já tinha capital, ou seja, para quem investiu valores consideráveis nos projetos da Coroa.

Essa questão de propriedade de terras foi modificada no ano de 1850, após a primeira Lei de Terras do Brasil, que foi uma norma estritamente política, já que havia indícios de que em breve os escravos ganhariam a liberdade. A lei tratava sobre a propriedade de terras, em que qualquer indivíduo brasileiro poderia ser proprietário de um pedaço de terra, sendo o vendedor a Coroa portuguesa. Além de política, ela era de interesse da elite, pois limitava aos que não tinham recursos a obtenção apenas de poucas de terras, o que antes não era assim. Nesse sentido, a Lei de Terras impedia que os futuros ex-escravos fossem proprietários.

Miralha (2006) relata e destaca alguns dos objetivos que impulsionou e motivou a criação da Lei de Terras, os quais serão enumerados a seguir.

- 1) Encarecer o preço da terra, isto é, torná-la inacessível aos que só possuíssem força de trabalho, impedindo a posse gratuita de terras aos menos favorecidos.
- 2) Garantir a segurança dos proprietários contra os posseiros.
- 3) Agrupar a população dispersa, obtendo-se, dessa forma, melhor rendimento do trabalho e produtividade, assegurando, também, o escoamento da produção.
- 4) Com o produto da venda de terras o governo poderia subvencionar a imigração.

Verificam-se nos objetivos supracitados a clara intenção de evitar o empoderamento e diminuir as forças dos ex-escravos, que eram muitos

à época. A Lei de Terras pode ser considerada um marco no processo de transição do trabalho escravo para o livre, e principalmente para o “fechamento da fronteira”. Ela consagrou a propriedade privada, impedindo o acesso à terra por outros meios que não sua compra (MOTTA, 1998).

Segundo Motta (2005), a Lei de Terras não apenas transformou-as em mercadoria, como também impossibilitou aos que não tivessem dinheiro, adquiri-las. A lei trouxe consequências para os trabalhadores livres e os libertos da escravidão, que só poderiam subsistir da agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários das terras e do capital.

A libertação dos escravos só se concretizou 38 anos após a Lei de Terras, em 1888, por intermédio da Lei Áurea, restando a eles os serviços braçais, semelhantes aos que realizavam anteriormente, mas agora com remuneração. Deve-se destacar que “a Lei no 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil, e que também é a mãe das favelas nas cidades brasileiras”. (STEDILE, 2005, p.25).

Dessa forma, os ex-escravos foram sendo direcionados para as periferias das cidades e para o interior do país, ocupando terras que não eram de interesse dos capitalistas. Cabe aqui ressaltar a visão de Marx sobre o sistema capitalista em que, de um lado, estava o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possuía, comprando a força de trabalho alheia, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho, ou seja, o trabalho (MARX, 2006).

Conforme destaca Oliveira (1988), os conflitos sociais no campo não são recentes. Basta explorar historicamente a formação agrária do país, para se encontrar a origem desses conflitos ainda em períodos passados, destacando-se o da escravidão, a luta pela libertação. Nesse

sentido, percebe-se que as marcas da violência, da resistência e da persistência sempre estiveram presentes na formação histórica do meio rural brasileiro, provocando, dessa maneira, intensos conflitos pela posse da terra. Esses conflitos ocorrem ainda hoje com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, como destaca Miralha:

Apesar das derrotas políticas, os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, seguiram crescendo e se expandido pelo território nacional, aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência, amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados (MIRALHA, 2006, p. 161).

É uma luta constante de quem quer trabalhar na terra, com quem tem muito e não se utiliza dela. Na seção seguinte, faz-se uma caracterização da região do Bico do Papagaio - Tocantins.

3. A região do Bico do Papagaio⁶

Localizada no extremo norte do estado do Tocantins, entre os estados do Pará e Maranhão, sua porção extrema é formada por dois rios, o Araguaia e o Tocantins, cujo formato da confluência, “bico” (figura 1), inspirou o nome (SOARES, 2009).

⁶ Embora o Bico do Papagaio denomine a área do Interflúvio Araguaia-Tocantins, localizada na porção setentrional do território tocantinense, a identificação dos conflitos pela posse da terra aí verificados não restringe a este estado. Ao contrário, ela insere-se na problemática advinda do processo de ocupação do sudoeste do Maranhão e o sudeste do Pará, ao qual a denominação Bico do Papagaio comumente se reporta. Neste estudo a análise recai apenas no Estado do Tocantins.

Como dito, a área de objeto de estudo compreende apenas o estado do Tocantins, especificamente a microrregião do Bico do Papagaio, que possui uma área de 15.993,20 km², correspondendo a 5,75% do território do Tocantins, e é composta por 25 municípios.⁷ O Censo Demográfico de 2010 registrou uma população de 196.367 habitantes, que representa 14% do total da população do estado. A densidade demográfica é de 12,45 hab/km², enquanto a do estado é de 4,98 hab/km² e, a do Brasil, de 22,40 hab/km² (IBGE, 2010).

A microrregião apresentou em 2010 a maior densidade demográfica do estado (IBGE, 2010). No Tocantins, há uma grande dispersão da população, com algumas regiões populosas e, outras, não. A Figura 1 apresenta a localização da microrregião e seus respectivos municípios.

⁷ Os 25 Municípios que compõe a Microrregião são: Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia, do Tocantins, Nazaré, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

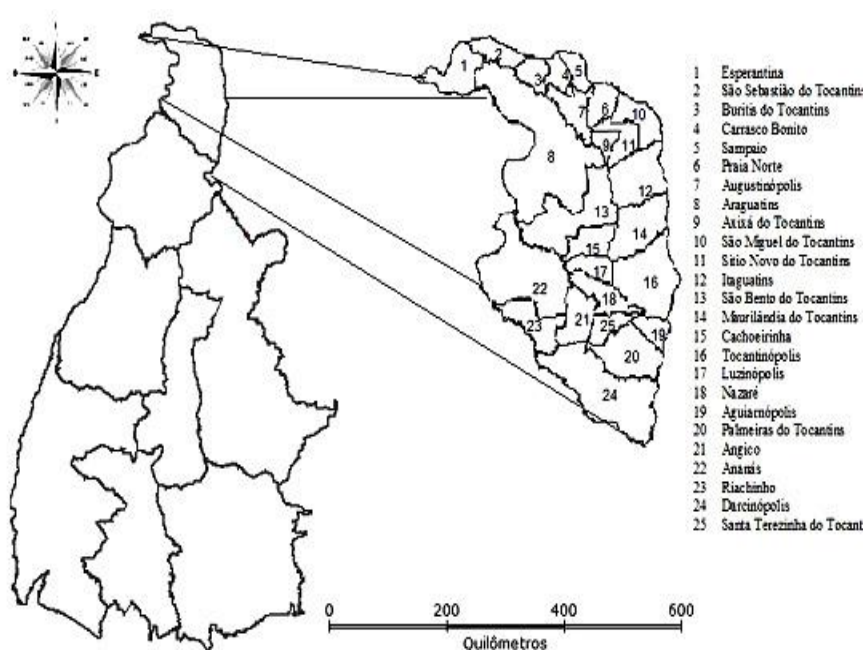


Figura 1. Microrregião do Bico do Papagaio e seus respectivos municípios.

Fonte: Elaboração dos autores.

A microrregião apresentou a maior taxa de fecundidade em 2010, com 2,71%, Tocantins, 2,60%, e Brasil, 1,94%. Contudo, entre 2000 e 2010 houve redução dessa taxa (IPEADATA, 2010).

A taxa de pobreza na microrregião do Bico do Papagaio é elevada. Em 2000, era de 81,39% e, em 2010, de 74%, o que significa que quase 75% da população vivia com o equivalente ao valor de uma cesta de alimentos, com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente às necessidades de uma pessoa, com base em recomendações das Organizações das Nações Unidas para Alimentação

e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS)⁸ (IBGE, 2010).

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído no país em 2004, tem gerado controvérsias na sociedade quanto à sua eficácia. Para alguns, o PBF tem impulsionado a economia local no interior do país, para outros, ele é de cunho eleitoreiro. Não é escopo deste artigo discutir a validade ou não do Programa. O orçamento do PBF em 2004 para o Brasil era de R\$ 439,87 milhões, em 2010, passou para R\$ 1,23 bilhão, um aumento de mais de 180% no valor do repasse. No Tocantins, o repasse para o PBF passa de R\$ 8,80 milhões para R\$ 12,36 milhões, no período entre 2004 e 2010, um aumento de mais de 40%. Na região em estudo (Bico do Papagaio), o repasse em 2004 era de R\$ 931 mil e, em 2010, chegou a R\$ 2,73 milhões, um aumento de 192% (MDS, 2010). A luta pela posse da terra e os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio – Tocantins serão discutidos a seguir.

4. Luta pela posse da terra e os conflitos agrários no Bico do Papagaio

Este item apresenta alguns elementos da expropriação a que foram submetidos os colonos nessa região, e aponta os mecanismos de exclusão e violência comandados pela elite econômica e o Estado, e como esses pequenos agricultores, com o apoio de novos atores sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Igreja, construíram suas estratégias de luta e resistência.

Cabe mencionar que os atores desse processo foram migrantes nordestinos, que praticavam uma agricultura de subsistência, “a

⁸ A FAO e OMS recomendam que os valores diários de calorias a ser consumidos por um adulto variam entre 2000 kcal e 2500kcal, respectivamente para mulher e homem.

chamada roça de toco”, bem como o extrativismo. Ao longo do processo, eles constituíram uma identidade social que fortaleceu a mobilização e a resistência ao processo de grilagem, incentivadas pelas políticas de desenvolvimento para a Amazônia, a partir da década de 1960, durante o Ditadura Militar que foi entre 1964-1985.

Estudos têm destacado que a gênese dos conflitos agrários no Bico do Papagaio é decorrente, principalmente, de dois motivos: i) a estrutura da malha fundiária; e ii) a fertilidade do solo. O primeiro se refere à questão da posse da terra, aos problemas em torno da regulamentação jurídica da propriedade rural; acrescenta-se a própria estrutura fundiária regional submetida à dinâmica ditada pelo processo geral de concentração fundiária no país. O solo da região do Bico do Papagaio é derivado de rocha basáltica, terra roxa estruturada, uma das poucas áreas de solos férteis do estado.

A presença desse solo de fertilidade superior no contexto do estado é um fator ponderável no complexo quadro fundiário que se formou nessa área, acirrando a disputa pela terra entre pecuaristas capitalizados, comandado fundamentalmente pelo grande capital, beneficiado pela política oficial. Assim, assentou-se a base da atividade pecuária e uma maioria de pequenos agricultores ali estabelecidos com sua roça voltada para o autoconsumo e a fraca comercialização dos produtos de subsistência (BECKER, 1985; AJARA, et al., 1991; SOARES, 2009).

Diversos autores têm discutido o conflito agrário nessa região, dos quais citam-se: Kotscho (1982); Pereira (1990); Martins (1975, 1997); Costa (2000) e Soares (2009); Silva (2011). Para esses pesquisadores, a grilagem no Bico do Papagaio foi a responsável por um dos capítulos mais sangrentos da história dos conflitos fundiários ocorridos no Brasil, no século XX.

Durante a década de 1980 e início dos anos 1990, com a volta da democracia no país e como parte das estratégias de resistência dos colonos, houve um processo de institucionalização que resultou na criação de um amplo conjunto de organizações, entre as quais estão: Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de agricultores (as), apicultores (as), quebradeiras de coco, assentados, colônias de pescadores. Para Soares (2009), essas organizações fortaleceram estratégias de ação coletiva e contribuíram para que os pequenos produtores passassem a desempenhar um papel ativo na negociação de políticas públicas, influenciando e promovendo o desenvolvimento da região.

Cabe destacar em quais municípios da microrregião do Bico do Papagaio – Tocantins ocorreu a maior parte dos conflitos agrários. São eles: Araguatins, Augustinópolis, Axixá, Buriti do Tocantins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins (ver figura 1). Nesses municípios se concentraram os conflitos, tendo como gênese o processo de ocupação: o primeiro, espontâneo, no qual os agricultores nordestinos, fugindo da seca e da grilagem em seus estados, estabeleceram um sistema de roça de toco, como já citado; o segundo, estimulado pelo Estado, baseado na integração vertical com o mercado nacional e de exportações, em que os principais atores eram os grandes agropecuaristas do Centro-Sul do país (MARTINS, 1975, 1997; COSTA, 2000).

Nesse processo de expropriação e violência, a Igreja e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram as principais instituições a lutar a favor dos colonos e contra o processo de grilagem de terra na região. Em fevereiro de 1980, foi divulgado o relatório “Igreja e os problemas da terra”, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nesse

documento, a Igreja condena as políticas governamentais para o campo e denuncia a políticas de incentivos fiscais para a região (SOARES, 2009). A CPT tinha como objetivo apoiar os grupos de agricultores envolvidos em conflitos, buscando estimulá-los a resistir na terra. À medida que a CPT estabelece sua atividade na região, o Poder Judiciário passa a ser um intermediador dos conflitos. Segundo Kotscho (1982), um dos elementos que dificultavam o direito em permanecer na terra era o problema de superposição de títulos. Isso possibilitou ações de reintegração de posse, impetradas pelos grileiros contra os posseiros.

Para Pereira (1990, p.150-155), os primeiros conflitos pela terra no Bico do Papagaio ocorreram por volta de 1967, no município de Buritis, TO, como relatam alguns agricultores em entrevistas realizadas pelo autor em Augustinópolis, Axixá e Buritis, transcritas a seguir:

Mais durante uns 15 anos, 15 anos foi maravilha. Todo o mundo produzia, todo o mundo fazia o que queria, aí de 15 anos para cá, foi que surgiu isto que o Zé tá colocando (a chegada dos grileiros). Mas o problema é que nos anos 70 entrou os mineiros, vinham lá de Minas Gerais. Vendiam as terras deles lá e vieram comprar aqui. Aí chegou a história da... o governo foi quem investiu neste negócio aí. Porque o governo criou o Ibra, criou o Idago...
...ninguém tinha documento de terra nessa época. Todo mundo morava lá naquele lugar, mas já com a expectativa que um dia pudesse vim um corte para pessoa ficar com o seu direito lá. Mas que a gente não tinha o documento.

Esses agricultores relatam os problemas enfrentados por eles quanto à situação da grilagem e à posse documental da terra. Entre 1967 e 1986 foram identificados, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), 24 enfrentamentos entre grileiros e posseiros. O número médio

de famílias envolvidas nos confrontos foi de aproximadamente sessenta. Tais estimativas apontam para o envolvimento de quase 1.500 famílias e aproximadamente 7.000 pessoas em luta pela terra (PEREIRA, 1990).

Como forma de resistência, os colonos se utilizaram de algumas estratégias como a formação de grupos, trabalho em mutirão, mobilização das famílias nos centros de apoio uns aos outros, na busca por seus direitos formais. Foram modos de funcionamento baseados em recursos que estiveram sendo construídos desde a formação dos primeiros centros, contribuindo para a acumulação do capital social das famílias e comunidades. Assim, fala um agricultor em entrevista concedida a Pereira.

Trabalhava diretamente com o mutirão, uma estratégia que foi usada era ninguém trabalhar sozinho, não andar sozinho, porque era perigoso mesmo, ia pra roça, uns ficavam vigiando e outros iam trabalhar. Quando a polícia vinha se escondiam porque a polícia ia pra prender e não achava ninguém porque se achava prendia mesmo, e assim foi sendo (PEREIRA, 1990, p.150).

No Bico do Papagaio, Soares (2009) verificou que o quadro das lutas pela terra era delimitado pelas políticas governamentais, instrumentalizadas principalmente pelos incentivos fiscais e pelos fazendeiros e grileiros, pelos colonos e posseiros e, também, pelos setores da Igreja católica empenhados na defesa dos pobres do campo.

Todavia, a luta e os conflitos seguem conforme relata Kotscho (1982). No povoado de Santa Luzia, com um mandato de despejo, os policiais prenderam vinte posseiros e os levaram até a fazenda do grileiro interessado na área. Em pânico, mulheres da comunidade foram em busca de ajuda na paróquia de Axixá, onde encontraram o padre

polônês Janusz Orłski e o frei Francês Henry de Rosiers. Ambos rapidamente se encaminharam até a fazenda, e deram início a uma forte discussão com soldados e grileiros. No meio da discussão, os religiosos foram golpeados pelos policiais e enviados presos ao Quartel da Polícia Militar em Araguaína. Durante o regime militar, no governo Figueiredo, criou-se o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), cujo objetivo era regularizar a situação fundiária na região. Segundo os agricultores, os funcionários desse grupo constantemente abusavam do poder, valendo-se do posto para reprimir as aspirações deles. Esse órgão teve, também, um papel importante no processo de ocupação na região por meio de incentivos fiscais, pois, conforme Pereira (1990), a pecuária extensiva, base da economia dos grandes proprietários, cresceu nesse período, no norte goiano, mais de 150%.

Alguns episódios de violência na região são evidenciados nos estudos de Kotscho (1982), Pereira (1990) e Soares (2009). Em Água Amarela, no município de São Sebastião – TO, os posseiros, residentes no local, foram surpreendidos por uma ordem judicial de reintegração de posse. No momento da entrega da ordem judicial, o servidor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) lavrou um auto de infração multando os posseiros por infringir a Lei do Desenvolvimento Florestal, e acusando-os de desmatar uma área de floresta para a implantação de suas roças. Entretanto, no mesmo município, dezenas de serrarias desmatavam quilômetros de florestas e não eram multadas.

No povoado de Camarão, os conflitos envolveram o fazendeiro José Miguel Santana (grileiro) e o sargento da PM Geraldo Rosas, que nessa ocasião atuava no campo da repressão política, tendo sido o comandante de uma operação que resultou na prisão de vários opositores do regime militar em 1969, em Porto Nacional – TO.

Em Jiboia, distrito de Araguaína, onde ocorreram conflitos entre 1980 e 1985, os juízes de Araguaína e Tocantinópolis foram responsáveis por ordens de despejo que resultaram em confrontos violentos entre posseiros e a PM. No conflito de Morada Nova, município de Axixá, em 1985, o estabelecimento da propriedade foi realizado por interesse particular do Exmo. Sr. Juiz Castro Neto, requerente da posse daquela gleba.

Nas pesquisas feitas por Kotscho (1982), a região foi objeto de uma operação de desalojamento de posseiros que começou em julho de 1980, em Sítio Novo – TO, quando foram presos 22 homens e uma mulher e derrubadas duas casas. Em Buritis – TO, no povoado de Centro dos Mulatos, foram presos vinte lavradores. Outros onze foram presos em São Sebastião, e sete despejados próximo à sede do município de Buritis. Uma operação semelhante ocorreu em setembro do mesmo ano, em que trinta soldados do 3º Batalhão da PM de Goiás, comandados pelo tenente Isaías, despejaram cerca de duzentas famílias nas localidades de Jiboia, Centro do Carrasco, Santa Luzia, Juverlândia, Taubal, e Centro do Moacir.

Outra situação que expressa como se relacionavam o Estado, sob o regime militar, a Igreja e os posseiros na região, é o caso do bombardeio ocorrido em 1979 no povoado de Sampaio – TO. Adistonir Resende (grileiro), interessado nas terras daquela área, estabeleceu as bases para a constituição dos conflitos. Os agricultores foram proibidos de realizar reuniões na capela da comunidade. Desobedecendo ao funcionário do Incra, os posseiros fizeram uma reunião na capela de Ataúba, para discutir a criação do sindicato local. A capela foi invadida por quatro homens à paisana que alegavam ser do Exército. Quatro homens foram presos e levados para Araguaína, TO, acusados de estarem envolvidos em movimentos de guerrilha na região.

Durante o período em que esses homens ficaram presos, foi realizada uma operação de guerra, na qual foram disparadas rajadas de metralhadora sobre o rio Tocantins e bombardeada a praia próxima à sede de Sampaio. Cinco bombas foram detonadas nessa operação, da qual participou o major Curió, responsável pela repressão à guerrilha do Araguaia, alguns anos antes.

No processo de redemocratização do Brasil, iniciado em 1984, ocorreu na região do Bico do Papagaio a primeira manifestação de massa envolvendo os trabalhadores rurais, durante o Ato Público de lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1984, que envolveu mais de 5 mil agricultores, lavradores, representantes de diversos movimentos sociais regionais e nacionais (SILVA, 2011).

Essa foi a primeira expressão coletiva da presença de agricultores, desde o início dos conflitos, que duraram todo o período militar. Ao mesmo tempo que acontecia essa manifestação, um grupo de pistoleiros e grileiros, coordenados pelo grileiro Osmar Teodoro da Silva⁹ fazia ameaças e provocava os posseiros. No final, em uma briga de bar, o posseiro Vitorino Bandeira Barros matou, a facadas, o pistoleiro Nenzão, ligado à família de Osmar Silva. Em decorrência deste episódio, 127 casas foram queimadas, entre agosto e outubro de 1984, a mando do grileiro Osmar Teodoro da Silva, 27 lavradores e dois agentes de pastoral foram presos, quatro agentes de pastoral foram processados e nove líderes de comunidade foram despejados e ameaçados de prisão por policiais militares.

Nesse momento, também foram dados os primeiros passos do processo que culminaria na morte do padre Josimo, em 1986, conhecido

⁹ Osmar Teodoro da Silva era considerado um dos maiores grileiros da região e comandava um grupo de pistoleiros que agia com violência e brutalidade contra os pequenos posseiros de terra.

na região pelos trabalhos com a CPT em defesa da reforma agrária. Sua morte o transformou em mártir (SILVA, 2011). Para enfrentar esse quadro de violência, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou uma caravana com a participação de vários bispos e deputados federais na região do Bico do Papagaio, em novembro de 1984. Na medida em que a caravana passava, diversas manifestações eram realizadas, mobilizando centenas de trabalhadores em vários municípios do Bico. Ao longo do percurso, os bispos e os parlamentares ouviram dezenas de depoimentos sobre a violência contra os posseiros e agressões ao meio ambiente. Era a problemática social da região ganhando espaço no movimento mundial da defesa dos direitos humanos (SOARES, 2009; SILVA, 2011).

Com o fim da Ditadura militar, houve um processo de redemocratização no país, maior expressão de liberdade e voz; com isso, as entidades sindicais mobilizaram e uniram forças para dar fim aos conflitos agrários que ocorriam na região. Dessa forma, no início dos anos 1990, iniciaram-se, por meio do governo federal e estadual, políticas públicas de assentamentos rurais, promovendo a inclusão do pequeno produtor no processo produtivo.

Dentre essas políticas, destaca-se a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios do Bico. Essas entidades surgiram como instrumentos de defesa dos direitos e representação da classe trabalhadora rural, com enfoque na luta pela terra.

Sindicatos e associações continuaram a ser fundados entre 1991 a 1996 na região. As justificativas para a criação dessas associações estavam sempre relacionadas à facilidade de recebimento dos benefícios dos programas de reforma agrária do governo federal, como os créditos para habitação, fomento e alimentação, infraestrutura e créditos do

Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). O público beneficiado com as linhas de financiamento oficial (Pronaf) foi quase que exclusivamente de assentados da reforma agrária federal. No município de São Miguel, 100% dos assentados receberam o crédito; em Esperantina, 80%; em Axixá, 84%; e em Buriti, 94% (SOARES, 2009; SILVA, 2011).

A infraestrutura produtiva e social, como construção de estradas vicinais e habitação, foi a conquista mais citada pelos colonos assentados, apesar de haver muitos assentamentos sem infraestrutura alguma.

Quanto à organização social e política, houve avanço no aspecto do fortalecimento dos trabalhadores rurais, como a formação de grupos de base e suas organizações, a partir do trabalho desenvolvido pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associações.

As políticas sociais para os trabalhadores rurais como Bolsa Família, aposentadoria, salário maternidade contribuíram para a melhoria na produção da roça e nos preços para comercialização dos produtos; redução na venda dos lotes da reforma agrária; aquisição de trator; valorização da mulher e das quebradeiras de coco, a comercialização dos produtos do babaçu; e no acesso às informações para os trabalhos rurais (MDS, 2010).

Há de se considerar que essas conquistas não são distribuídas de forma homogênea pelos municípios da região, mas constituem grande avanço na trajetória do processo de redemocratização pelo qual o país passou. Apesar dos avanços na área social, política e econômica, ainda há alguns conflitos isolados na região do Bico do Papagaio.

Assim sendo, foi possível, neste curto trajeto, compreender como se deram os conflitos e a luta pela posse da terra na região do Bico do Papagaio, Tocantins. Ainda há um longo caminho a percorrer para se

chegar ao desenvolvimento social, econômico e político; todavia, o primeiro passo foi dado pelo fortalecimento do capital social por meio dos sindicatos rurais e associações e pela implantação de políticas públicas pelo governo federal e estadual na região.

5. Considerações finais

Este artigo teve como principal objetivo descrever e analisar a luta e os conflitos agrários ocorridos na região do Bico do Papagaio, nas décadas de 1960 e 1980. O período dos conflitos fundiários no Bico do Papagaio foi um processo de amadurecimento dos pequenos agricultores que vivenciaram uma época de violência, medo, coerção de seus direitos básicos, como a liberdade de ir e vir; logo, pode se dizer que foi o período mais violento de conflitos fundiários que o Brasil já viveu.

Como constatado, os conflitos seriam o resultado do choque entre duas estratégias distintas de ocupação do território, coordenadas por diferentes atores sociais. Seriam reflexos, também, do choque entre dois diferentes conjuntos de normas, gerados a partir de duas lógicas diferentes. A primeira, a da esfera associada ao mercado e ao Estado que, por meio de grandes projetos de investimentos em infraestrutura e modernização da agricultura, para consolidar o avanço da fronteira agrícola na região, dos créditos subsidiados e com incentivos fiscais, estabeleceu como eixo do desenvolvimento de uma agricultura moderna, o latifúndio e a pecuária extensiva, momento em que usavam a grilagem como instrumentos para a abertura de novas áreas. A segunda, a da população de pequenos agricultores dispersa, desmobilizada e desorganizada, fugindo da seca e da expropriação no Maranhão, Piauí, Pará e de outros estados, para se fixar nesse novo território, onde tiveram que se organizar e estabelecer regras de convivência e de

postura em relação aos mecanismos de expropriação e violência a que estavam sujeitos, os quais se tornaram a base da resistência durante os conflitos.

Quanto à questão a ser respondida com a pesquisa, sobre quais as estratégias utilizadas pelos colonos para enfrentar essa violência, pode-se dizer que foram várias, entre elas, o mutirão na roça, nunca trabalhar sozinho, a união entre os agricultores, associações e sindicatos. Todos esses elementos contribuíram para o fortalecimento do capital social na região.

Outro elemento de resistência e luta foi o apoio da Igreja e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A intermediação da Igreja, por meio da CPT, foi necessária para permitir o acesso da população local a outros atores que contribuíram para ampliar e denunciar ao país e ao exterior os fatos ocorridos na região.

Toda essa experiência vivenciada marcou um processo em que os atores locais fortaleceram suas capacidades de construir estratégias visando conquistar um conjunto de recursos como o fortalecimento de sua identidade, passando a interagir por meio de redes locais, como os sindicatos e associações.

O trabalho escravo, trabalho infantil nas carvoarias do Tocantins e a servidão dos trabalhadores rurais nos latifúndios são sugestões de temas para futuros estudos sobre a região. Esse artigo não esgota o assunto e sim traz à tona reflexões sobre a luta e os conflitos agrários que ainda persistem, de forma isolada, na região do Bico do Papagaio.

Referências

ABREU, M. de P. (Orgs.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AJARA, C., et al. O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de Fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.53, p. 5-48, dez. 1991.

ARAGÓN, L. E. Mobilidade geográfica e ocupacional do norte de Goiás: um exemplo de migrações por sobrevivências. **Cadernos Naea**. Belém: Universidade do Pará, n.6: p. 89-105, jun.1981.

BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n.47, p.357-372, dez. 1985.

CRESTANI, L. de A. **Nas fronteiras do oeste do Paraná: conflitos agrários e mercados de terras (1843–1960)**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Editora UFPA, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional, 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 30 jun. 2013.

KOTSCHO, R. **O massacre dos posseiros: conflito de terras no Araguaia – Tocantins**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINEZ, P. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, J. de S. **Exploração e violência**. São Paulo, Hucitec, 1975.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 2 jul. 2013.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera** – Ano 9, n.8, p. 151-172, jun. 2006.

MOTTA, M. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. História Agrária. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

PEREIRA, L. P. L. S. **os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio (Tocantins) na década de 1980**. 1990. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RANGEL, I. **A questão agrária brasileira**. Recife: Condepe, 1962.

SILVA, M. P. da. **Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários da Araguaia-Tocantins (1970-1986)**. 2011. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio – Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

STEDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.